

A INTERNACIONALIZAÇÃO COMO PODER SIMBÓLICO DE DOMINAÇÃO: UMA LEITURA NEOCOLONIALISTA

Natália Martinêz Ambrogi Woitas (UEL) - woitas.natalia@gmail.com

Lilian de Lima Pires (UEL) - lilianpires@outlook.com

Resumo:

Ao considerar o argumento de Jack e Westwood (2009) de que o discurso de internacionalização de empresas é uma forma de continuação do projeto colonial, o objetivo desse artigo teórico é defender a internacionalização a partir de uma leitura Neocolonialista como uma manifestação do poder simbólico de dominação por meio de uma submissão ideológica. Para Bourdieu (2012), o poder simbólico é estimulado pelas práticas dos indivíduos fomentando e reafirmando o poder que determinada cultura detém sobre as demais. A dominação colonialista era exercida pelas metrópoles, por meio de violência, onde se assumia uma suposta superioridade racial e cultural em relação às colônias, buscava-se exploração de espaço e riquezas. Já no neocolonialismo, a dominação ocorre por meio do poder simbólico, esse poder invisível é descrito por Bourdieu (2012) como um poder quase mágico, por meio do qual é possível obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica. Nesse caso, o controle passa a ser movido por interesses econômicos de se internacionalizar uma cultura dominante, a ideia de superioridade prevalece também nesse contexto e a exploração segue por meio de uma submissão ideológica, a partir do poder simbólico.

Palavras-chave: *Internacionalização, Colonialismo, Neocolonialismo, Poder simbólico, Bourdieu.*

Área temática: *GT-01 Organizações e Interculturalidade*

A INTERNACIONALIZAÇÃO COMO PODER SIMBÓLICO DE DOMINAÇÃO: UMA LEITURA NEOCOLONIALISTA

Resumo

Ao considerar o argumento de Jack e Westwood (2009) de que o discurso de internacionalização de empresas é uma forma de continuação do projeto colonial, o objetivo desse artigo teórico é defender a internacionalização a partir de uma leitura Neocolonialista como uma manifestação do poder simbólico de dominação por meio de uma submissão ideológica. Para Bourdieu (2012), o poder simbólico é estimulado pelas práticas dos indivíduos fomentando e reafirmando o poder que determinada cultura detém sobre as demais. A dominação colonialista era exercida pelas metrópoles, por meio de violência, onde se assumia uma suposta superioridade racial e cultural em relação às colônias, buscava-se exploração de espaço e riquezas. Já no neocolonialismo, a dominação ocorre por meio do poder simbólico, esse poder invisível é descrito por Bourdieu (2012) como um poder quase mágico, por meio do qual é possível obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica. Nesse caso, o controle passa a ser movido por interesses econômicos de se internacionalizar uma cultura dominante, a ideia de superioridade prevalece também nesse contexto e a exploração segue por meio de uma submissão ideológica, a partir do poder simbólico.

Palavras-chave: Internacionalização, Colonialismo, Neocolonialismo, Poder simbólico, Bourdieu.

1 INTRODUÇÃO

Nancy Adler (1983) pontuou há mais de trinta anos que o mundo corporativo estava se tornando cada vez mais inter-relacionado, mais e mais internacional. A internacionalização de empresas é definida por Adler (1983) como o estudo do comportamento das pessoas nas organizações localizadas em culturas e nações ao redor do mundo, que se concentram na interação dos povos de diferentes regiões, na comparação do comportamento organizacional entre países e culturas, e na interação dos povos de diferentes países que trabalham dentro da mesma organização ou dentro do mesmo ambiente de trabalho. Contudo, Jack e Westwood (2009) argumentam que, o discurso de internacionalização de empresas é uma forma de continuação do projeto colonial.

A globalização e a internacionalização tornaram o mundo mais próximo, mais rápido. No entanto, mesmo assim, ainda pode-se perceber formas de dominação que foram deixadas como resquícios históricos ao redor do planeta, e intrínsecos nas bases de muitas sociedades, as quais são possíveis identificar através dos costumes culturais, sociais, educativos, e, inclusive, os acadêmicos. (JACK E WESTWOOD, 2009).

Sendo assim, o objetivo desse artigo teórico é defender a internacionalização a partir de uma leitura Neocolonialista como uma manifestação do poder simbólico de dominação. Para isso, primeiramente apresenta-se brevemente a noção de colonialismo e Neocolonialismo e suas respectivas formas de dominação, para justificar porque se entende que a metrópole passa a ser representada pelas empresas multinacionais. Em seguida é apresentado o conceito de poder simbólico de Bourdieu, para finalmente trazer uma relação comparativa entre os conceitos.

2 COLONIALISMO E NEOCOLONIALISMO: NOVA FACE E VELHOS TRAÇOS DE DOMINAÇÃO

O conceito de "colonialismo" refere-se ao período de violência, conquista e racismo associado à expansão das esferas de controle e influência de um pequeno número de países da Europa Ocidental (Grã-Bretanha, França, Portugal, Alemanha, Países Baixos, Bélgica, Espanha, Itália) (JACK; WESTWOOD, 2009). O colonialismo ocidental ligou o ocidente e suas colônias em uma estrutura complexa de troca desigual e industrialização que tornou as colônias economicamente dependentes das metrópoles ocidentais.

Assim, as colônias cumpriam duas funções econômicas importantes: elas forneciam uma fonte de matéria-prima muito útil para as variedades do capitalismo industrial em desenvolvimento na Europa na época, bem como uma fonte de força de trabalho barata, mais notoriamente organizada através do comércio escravo emergente. A história do capitalismo europeu é, portanto, também a história do colonialismo europeu. Além disso, o colonialismo ocidental se impôs tanto por meio da submissão ideológica quanto pela conquista física e exploração econômica, tendo como premissa a crença na superioridade suposta do colonizador e a inferioridade cultural e racial do colonizado (JACK; WESTWOOD, 2009).

De acordo com Jack e Westwood (2009), é com base nestas oposições binárias que o discurso do progresso foi organizado de uma forma que sugeriu que: algumas "raças" eram inferiores a outras; potências colonizadoras tinham a obrigação moral de assumir o controle e ajudar a desenvolver os povos inferiores; o conhecimento das colônias era considerado inferior; apenas o povo colonizador "desenvolvido" e "educado" era capaz de produzir conhecimento válido; o subalterno não deveria ser autorizado a falar por si, até que fosse julgado como "desenvolvido". Eram vistos pelas colônias como "os outros", povos selvagens, inaptos à desenvolverem-se e à produzir a própria segurança, baseavam-se em mão-de-obra e almas perdidas que deveriam receber a salvação divina, provinda pela catequização e diversos processos de domesticação desses nativos (JACK E WESTWOOD, 2009).

Apesar da heterogeneidade da história, geografia e modelos administrativos, do ponto de vista da sociedade colonizada, a colonização de todas as formas trouxe consequências disruptivas semelhantes. O efeito da colonização é frequentemente descrito pelos historiadores em termos de transformação da economia local, decodificação e recodificação - particularmente através da introdução dos efeitos econômicos e ideológicos do capitalismo em sociedades não-capitalistas e por transformar os modos não-capitalistas de produção, um procedimento frequentemente necessário à ocupação territorial (YOUNG, 2007).

Dentro de sua estrutura global de dominação, o colonialismo pode ser analisado de acordo com a distinção entre suas duas principais formas de colonização e dominação, motivadas pelo desejo de espaço ou pela extração de riquezas (YOUNG, 2007). Para Young (2007), o mundo inteiro agora opera dentro do sistema econômico desenvolvido e controlado pelo Ocidente, principalmente, e está sob o seu domínio contínuo, em termos de poder político, econômico, militar e cultural, que dá a esta história um significado de continuidade. Assim, para o autor, a libertação política não trouxe libertação econômica - e sem libertação econômica, não pode haver libertação política.

Apesar da suposta superioridade moral dos valores da civilização ocidental, em nome da qual grande parte da colonização tinha sido justificada e das formas de subjugação de um povo por outro, envolvendo práticas socioeconômicas opressivas, a colonização não era principalmente preocupada com a transposição de valores culturais. Esse processo ocorreu como um subproduto de seus objetivos reais de comércio, exploração econômica e de ocupação (YOUNG, 2007).

Para Young (2007), quando as próprias potências colonialistas começaram a mudar a forma de dominação, dando as suas colônias independência, mas mantendo a influência

econômica ou controle, o colonialismo foi renomeado “neocolonialismo”. No entanto, as antigas colônias só possuíam uma autonomia relativa. Embora os territórios outrora colonizados tivessem gradualmente sua soberania política recuperada, mantiveram-se sujeitos ao controle das principais potências mundiais, que constituíam o mesmo grupo que as antigas potências imperiais.

De acordo com Young (2007), o termo "neocolonialismo" foi introduzido em 1961, apenas quatro anos após Gana tornar-se a primeira colônia Africana a ganhar sua independência. O neocolonialismo foi elaborado em termos teóricos pelo líder do Gana, Kwame Nkrumah, cujo livro “neocolonialismo: a última etapa do imperialismo” data de 1965. Young (2007) ao citar Nkrumah, argumenta que a essência do neocolonialismo é que o Estado que está sujeito a ele, em teoria, é independente e tem todos os sinais exteriores de soberania internacional. No entanto, seu sistema econômico e político é dirigido de fora (YOUNG, 2007).

Este comportamento dominador é perpetuado até os dias atuais, no qual nações desenvolvidas, do eixo Euro-Americano, são as principais fomentadoras deste comportamento, o que anteriormente era imposto por meio da força e violência, atualmente, com a facilidade tecnológica provinda da globalização que torna a internacionalização mais rápida, a dominação é imposta culturalmente pelo entretenimento, academicismo, e, também, pela língua. Portanto, sendo no colonialismo ou neocolonialismo evidencia-se nestes relacionamentos a dominação de um pelo outro, das nações mais desenvolvidas sob “os outros” Jack e Westwood (2009).

O neocolonialismo denota uma hegemonia econômica continuada que significa que o estado pós-colonial se mantém numa situação de dependência de seus antigos senhores, e que os antigos senhores continuam a agir de forma colonialista em relação aos Estados outrora colonizados. O resultado do neocolonialismo é que o capital estrangeiro é usado para a exploração em vez do desenvolvimento das regiões mais pobres do mundo (YOUNG, 2007).

Nessa perspectiva Borim-de-Souza e Segatto (2015), ao citarem Cameron; Palan (2004) e Kelly (1999) apontam que, o interesse do Neocolonialismo não está voltado para dominação como causa, mas para o controle por intermédio de dispositivos culturais, que por modificarem-se continuamente ao longo do tempo, buscam viabilizar o constante acesso às mais variadas sociedades. Para a escola neocolonialista, “a metrópole personifica-se nas empresas multinacionais, cujas matrizes estão em território euro-americano” (BORIM-DE-SOUZA, 2015, p. 362).

Algumas abordagens da globalização argumentam que o poder dos Estados tem sido reduzido (ou até mesmo desapareceu), para ser substituído por um crescimento arrogante do poder das empresas multinacionais e algumas organizações internacionais. As versões mais radicais, defendem que todo o conceito de "nação" perdeu o seu significado e que o mundo não é apenas um espaço econômico único, mas uma única sociedade com uma estrutura de classes única (SUTCLIFFE, 1999).

Desta forma, os objetivos neocolonialistas voltam-se ao interesse de identificar, recursos legais, comportamentais e socioculturais que possibilitem a inserção dos ideais culturais euro-americanos nessas populações, por meio de um melhor entendimento do cenário socioeconômico e do contexto sociocultural das localidades nas quais as filiais estão instaladas (BORIM-DE-SOUZA; SEGATTO, 2015).

Por suas diversas atuações estratégicas, essas organizações internacionalizadas infiltram-se em comunidades distribuídas ao redor do mundo e assumem representatividade política e econômica, que lhes concede: poder para compartilhar e influenciar o poder jurídico dessas localidades; liberdade para empreender negócios de diversas naturezas e empregar pessoas; e oportunidade de disseminar um ideal sociocultural mais afim com os padrões euro-americanos dominação não é uma causa maior para o neocolonialismo, mas uma consequência proveniente de um controle

sociocultural movido pelo interesse econômico de se internacionalizar uma cultura dominante (BORIM-DE-SOUZA; SEGATTO, 2015, p. 362).

Assim, entende-se que as relações entre matriz e filiais estão embasadas em uma perspectiva neocolonialista, impulsionadas por interesses econômicos e de controle, para alcançar uma dominação sociocultural, por meio dos processos de gestão e operações das empresas multinacionais. A Figura 1 sintetiza o formato de dominação empregado pelo colonialismo e neocolonialismo, respectivamente.

Figura 1: Formas de dominação no colonialismo e neocolonialismo:



Fonte: Elaborado pela autora a partir das contribuições de Borim-de-Souza e Segatto (2015); Jack e Westwood (2009) e Young (2007).

Esta representação remete à dominação colonialista exercida pelas metrópoles, por meio de violência, onde se assume uma suposta superioridade racial e cultural em relação às colônias, busca-se exploração de espaço e riquezas e as colônias são fonte de matéria-prima e força de trabalho barata. Já no neocolonialismo, a dominação ocorre por meio do poder simbólico, esse poder invisível é descrito por Bourdieu (2012) como um poder quase mágico, por meio do qual é possível obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica e só se exerce com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a ele. Nesse caso, o controle passa a ser movido por interesses econômicos de se internacionalizar uma cultura dominante, a ideia de superioridade prevalece também nesse contexto e a exploração segue como forma de continuação do projeto colonial, agora, por meio de uma submissão ideológica, a partir do poder simbólico.

3 PODER SIMBÓLICO: PRÁTICAS E INSTRUMENTOS DE DOMINAÇÃO

O resgate epistemológico da Sociologia para Bourdieu neste trabalho se fez necessário para se chegar ao ponto de que toda a análise sociológica tem o intuito de compreender o poder subordinado implícito na sociedade (BOURDIEU; 2012). Será apresentado, nessa etapa, o poder simbólico para Bourdieu, dentro da sociedade e nos indivíduos que a compõem. Chanlat esclarece que:

Todo ser humano e toda sociedade humana produziram uma representação do mundo que lhe confere significação. A imaginação simbólica busca representar para si antes de mais nada o ausente, o imperceptível, o indescritível. Mais ou menos arbitrárias, estas representações simbólicas que calcam sua existência (CHANLAT, 1996, p.30).

Peters (2001) defende a ideia de que se a própria continuidade da vida social depende da aplicação dos conhecimentos dos atores (indivíduos) na produção de suas práticas, o acesso interpretativo a esses recursos simbólico-cognitivos é uma condição da compreensão dessas práticas (simbólicas).

Chanlat (1996, p.30), também afirma que “mais ou menos arbitrárias, estas representações simbólicas que calcam sua existência nas relações com o mundo vão participar da construção deste universo de significações inerentes ao ser humano”. Há, nesse íterim entre uma imaginação simbólica e uma representação simbólica algo que molda as ações, as forma e transforma, um poder simbólico.

O conceito de poder simbólico para Bourdieu (2012), “(...) é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2012, p. 7).

Bourdieu (2012) acredita que é relevante detectar o poder simbólico onde ele se faz menos visível, onde este é ignorado, aí é quando este poder se distingue. O que não pode ser explicado, pode ser replicado e perpetuado através das ações dos indivíduos em diferentes universos simbólicos como os “mitos, língua, arte e ciência”. E, Bourdieu, chama estes universos simbólicos de “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos, como <formas simbólicas>, reconhecendo (...) o <aspecto ativo> do conhecimento”. (BOURDIEU, 2012, p.8).

São instrumentos que devem ser utilizados no resgate empírico para que haja a compreensão de sua emergência, sua origem. E, desta maneira, o entendimento de seu simbolismo. Os instrumentos de dominação e integração buscam criar um consenso sobre o sentido do mundo para os indivíduos (BOURDIEU, 2004; 2012). Como Bourdieu assinala que “a análise estrutural constitui o instrumento metodológico que permite realizar a ambição neokantiana de apreender a lógica específica de cada uma das <formas simbólicas>. (BOURDIEU, 2004; 2012, p.9).

Para Bourdieu “a objetividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes” (BOURDIEU, 2012, p.8). Focando-se sempre na tradição estruturalista, que trabalha com uma análise estrutural, a qual “tem em vista isolar a estrutura imanente a cada produção simbólica” (BOURDIEU, 2012, p.9).

As estruturas estruturantes baseiam-se em um “instrumento de conhecimento e de construção do mundo objetivo” (BOURDIEU, 2012, p. 16). E, para clarificação da ideia de “estruturas estruturadas”, Bourdieu (2012) aponta que os sistemas simbólicos, que podem ser entendidos como os instrumentos de comunicação e de conhecimento, podem exercer dominação e poder estruturante, apenas, quando já forem estruturados em determinado contexto. Uma vez que, para Bourdieu (2012):

(...) O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. (BOURDIEU, 2012, p.8-9).

Os símbolos que uma sociedade produz (instrumentos de comunicação e conhecimento) produzem a integração social. E, esta produção simbólica é um instrumento de dominação social (BOURDIEU, 2012). Essa dominação pode servir à uma classe específica e aos seus interesses particulares, sendo os símbolos produzidos uma ferramenta que exerce poder de dominação e legitimação de uma classe sobre outra em uma sociedade.

Bourdieu destaca que:

As tomadas de posição ideológicas dos dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar *dentro* da classe e *fora* da classe a crença na legitimidade da dominação da classe (BOURDIEU, p. 2012, p.11).

Uma cultura dominante que cria uma “falsa consciência” da cultura dominada para que haja uma “integração fictícia” entre as classes, onde as distinções entre ambas continuem a ser legitimadas. Sendo a própria cultura (símbolo), através da comunicação (instrumento de dominação), o fator que produz união e divisão no mesmo tempo e espaço em determinada sociedade. Uma vez que, a comunicação também é capaz de legitimar a dominação, com sua capacidade de criação de sentido, dentro de uma sociedade através do poder simbólico, que a comunicação exerce. (BOURDIEU, 2012).

Para Bourdieu (2012) o poder simbólico não estaria nos sistemas simbólicos, como se fosse uma força ilusória, mas que este poder se definiria na própria relação entre dominantes e dominados, ou seja, estaria na “própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença” (BOURDIEU, 2012 p.14-15).

Essa crença, segundo Bourdieu, baseia-se em um “capital simbólico *objetivado*” (2012, p.15), a qual legitima os discursos e dá poder não só a palavra dita, mas também a quem a enuncia. Crença essa que não se prende apenas a competência das palavras e da comunicação como instrumento de dominação, mas o poder simbólico adotado por que as pronuncia.

Por fim, para Bourdieu este poder simbólico é um poder subordinado e mostra-se como uma:

(...) forma transformada, (...), irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força (...), na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (...) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 2012, p. 15).

Entende-se, neste contexto, segundo Bourdieu (2012) objetividade como o consenso entre os sujeitos, os indivíduos. E, desta forma, o poder simbólico se origina, é reproduzido e perpetuado na sociedade de maneira inerente, invisível e intrínseca tanto na sociedade quanto nos indivíduos. Sendo repercutida sem esforço nenhum, cotidianamente. Uma vez que essas práticas já foram inseridas na sociedade e fomentadas através dos instrumentos de dominação para que possam seguir seu caminho naturalmente.

Bourdieu (2012, p. 38-39) comenta que “as rupturas epistemológicas são (...) rupturas sociais, ruptura com as crenças fundamentais de um grupo”. Uma vez que, “um dos instrumentos mais poderosos da ruptura é a história dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social” (BOURDIEU, 2012, p.36).

Neste contexto, o poder simbólico, quando possui a sua origem epistemológica resgatada, se mostra realmente, para que este poder possa ser superado e rompido deve-se levar o indivíduo a tomar uma consciência de sua condição, da revelação da verdade que é objetiva ao invés da crença.

Portanto, é através de discursos diferenciados (campo de forças) que vão de encontro à aqueles que já são legitimados (campo de lutas), que a mobilização sobre o poder simbólico pode ser erradicada e superada, podendo, desta maneira, tornar reconhecido (legitimado/campo) o poder potencial dos dominados (subjetivado/*habitus*) dentro de determinada sociedade (campo social) (BOURDIEU, 2004; 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da grande complexidade na relação entre os temas, os conceitos de Bourdieu contribuem para a compreensão acerca da interação nesse campo. Obviamente existe uma grande dificuldade em se relacionar temas tão díspares como colonialismo, internacionalização e poder simbólico Bourdieusiano. No entanto, trata-se de um esforço analítico para a compreensão das interações e movimento do campo, em um cenário onde se dissemina estratégias impostas pelo centro Euro-Americano, que visam o controle sociocultural por intermédio de dispositivos culturais (instrumentos de dominação), movido pelo interesse econômico de se internacionalizar esta cultura dominante.

O poder simbólico, para Bourdieu (2012), é alimentado pelas ações das pessoas fomentando e reafirmando o poder que determinada cultura detém sobre as demais (violência simbólica). Um exemplo, para clarificar os conhecimentos abordados é o das grandes nações dominadoras sob as dominadas, o qual pode ser visto na questão das potências Euro-Americanas que sobrepõe o seu modo de vida e comportamento sob o restante do mundo, por meio de seus instrumentos de dominação, os símbolos que criaram (transfiguração e transubstanciação), como suas metodologias de estudo, formas de consumo, estilo de vida e, até mesmo, maneiras de entretenimento, como o cinema. (JACK E WESTWOOD, 2009).

Assim, impõem suas características sobre o globo como se fossem um modelo ideal de vida e de realização. É reproduzido cotidianamente pelos dominados, mostrando, aqui, a representação do poder simbólico, em si. E, de sua perpetuação “sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 2012, p.15), uma vez que os dominados querem e buscam ser como os dominadores, que os aprisionam e dominam (JACK E WESTWOOD, 2009).

REFERÊNCIAS

ADLER, N. J. Cross-cultural management research: the ostrich and the trend. **Academy of Management Review**, 8(2), 226-232, 1983.

BORIM-DE-SOUZA, R.; SEGATTO, A. (Re)apresentando a teoria da gestão comparativa. **RAE**, v. 55, n. 3, p. 359-367, 2015.

BORIM-DE-SOUZA, R; BALBINOT, ZANDRA; TRAVIS, ERIC FORD; MUNCK, Luciano; TAKAHASHI, ADRIANA ROSELI WÜNSCH. Sustainable development and sustainability as study objects for comparative management theory. **Cross Cultural Management**, v. 22, p. 201-235, 2015.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos sociais da Ciência: Por uma sociologia clínica do Campo Científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. 16 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 2013.

CALOF, J.L. BEAMISH, P.W. (1995), “**Adapting to foreign markets: explaining internationalization**”, *International Business Review*, Vol. 4 No. 2, pp. 115-31.

JACK, G.; WESTWOOD, R. **International and Cross-Cultural Management Studies: A Postcolonial Reading**, Palgrave MacMillan, London, 2009.

O’CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible?. **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Héctor Alimonda (comp.) CLACSO, 2002.

PETERS, G. Admirável Senso Comum, Agência e estrutura na sociologia fenomenológica. **Ciências Sociais Unisinos**, n. 47, v.1, p. 85-97, Janeiro/Abril, 2011.

SUTCLIFFE, Bob. The Place of Development in Theories of Imperialism and Globalization. In R. Munck & D. O’Hearn (Eds.). **Critical development theory** (pp. 135-153). London: Zed Books, 1999.

YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism: an historical introduction**. Malden, Mass: Blackwell, 2007.